

Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 41 jul-dez 2019 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de *Mulher segurando balança*
do pintor holandês Johannes Vermeer, óleo sobre tela, data 1662 ou 1663.

DIÁRIO DE LOCKE, 1º DE AGOSTO DE 1680

Tradução de Leandro Alves da Silva,
Mestrando, Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil
leandroalvessilva@ufpr.br

Tradução elaborada a partir do texto disponível em KING, P. (1829).
The life of John Locke: With extracts from his correspondence, journals and common-place books. Londres: H. Colburn, pp. 122-123.

Whatsoever carries any excellency with it, and includes not imperfection, must needs make a part of the idea we have of God. So that with being, and the continuation of it, or perpetual duration, power and wisdom and goodness must be ingredients of the perfect or super-excellent Being which we call God, and that in the utmost or infinite degree. But yet that unlimited power cannot be an excellency without it be regulated by wisdom and goodness; for since God is eternal and perfect in his own being, he cannot make use of that power to change his own being into a better or another state; and therefore all the exercise of that power must be in and upon his creatures, which cannot but be employed for their good and benefit, as much as the order and perfection of the whole can allow each individual in its particular rank and station: and therefore looking on God as a being infinite in goodness as well as power, we cannot imagine he hath made any thing with a design that it should be miserable, but that he hath afforded it all the means of being happy that its nature and estate is capable of: and though justice be also a perfection which we must necessarily ascribe to the Supreme Being, yet we cannot suppose the exercise of it should extend farther than his goodness has need of it for the preservation of his creatures in the order and beauty of the state that he has placed each of them in; for since our actions cannot reach unto him, or bring him any profit or damage, the punishments he inflict

Tudo o que traz alguma excelência consigo, e não inclui imperfeição, deve fazer parte da ideia que temos de Deus. Assim, junto com o ser – e a sua continuação ou duração perpétua –, o poder, a sabedoria e a bondade devem ser ingredientes do Ser perfeito ou superexcelente que denominamos *Deus*, e isso no grau máximo ou infinito.² Porém, esse poder ilimitado não pode ser uma excelência sem ser regulado pela sabedoria e bondade.³ Com efeito, na medida em que Deus é eterno e perfeito em seu próprio ser, ele não pode fazer uso desse poder de modo a alterar seu próprio ser para um estado melhor ou diverso; e, portanto, todo o exercício desse poder deve acontecer em suas criaturas e sobre elas, o qual não pode ser empregado senão para o bem e benefício delas, tanto quanto a ordem e a perfeição do todo podem permitir a cada indivíduo, em sua graduação e posição particulares; e, portanto, olhando para Deus como um ser infinito tanto em bondade quanto em poder, nós não podemos imaginar que ele tenha feito alguma coisa com um desígnio⁴ de que ela fosse miserável, mas sim que lhe proporcionou todos os meios de ser feliz de que são capazes sua natureza e estado⁵; e, embora a justiça seja também uma perfeição que devemos necessariamente atribuir ao Ser Supremo, todavia não podemos supor que o seu exercício deva estender-se além do que a sua bondade tem necessidade para a preservação de suas criaturas na ordem e na beleza do estado em que ele colocou cada uma delas. Com efeito, como nossas ações não podem atingi-lo, ou trazer-lhe proveito ou dano, os castigos que ele in-

on any of his creatures, i. e., the misery or destruction he brings upon them, can be nothing else but to preserve the greater or more considerable part, and so being only for preservation, his justice is nothing but a branch of his goodness, which is fain by severity to restrain the irregular and destructive parts from doing harm; for to imagine God under a necessity of punishing for any other reason but this, is to make his justice a great imperfection, and to suppose a power over him that necessitates him to operate contrary to the rules of his wisdom and goodness, which cannot be supposed to make any thing so idly as that it should be purposely destined or be put in a worse state than destruction (misery being as much a worse state than annihilation, as pain is than insensibility, or the torments of a rack less eligible than quiet sound sleeping:) the justice then of God can be supposed to extend no farther than infinite goodness shall find it necessary for the preservation of his works.

flige a qualquer uma de suas criaturas, i. e., o sofrimento ou destruição que ele lhes causa, não podem ser outra coisa senão a preservação da parte maior ou mais importante; e sendo desta maneira apenas para a preservação, sua justiça é nada mais do que um ramo de sua bondade⁶, a qual é inclinada, pela severidade, a impedir que as partes irregulares e destrutivas produzam danos; pois imaginar Deus submetido a uma necessidade de punir por qualquer outra razão que não essa é fazer de sua justiça uma grande imperfeição, e supor um poder sobre ele que o obrigue a operar contrariamente às regras de sua sabedoria e bondade, o qual não se pode supor que faça algo de maneira tão vã a ponto de que isso seja intencionalmente destruído ou colocado em um estado pior do que a destruição (o sofrimento sendo um estado muito pior do que a aniquilação, assim como a dor em relação à insensibilidade ou os tormentos de um cavalete de tortura menos aceitáveis do que o silencioso e profundo sono)⁷. Portanto, não se pode supor que a justiça de Deus estenda-se para além do que a infinita bondade considera necessário para a preservação de suas obras.

NOTAS

1 Tradução elaborada a partir do texto disponível em KING, 1829, pp. 122-123.

2 Locke utiliza o conceito cartesiano de Ente Perfeitíssimo para refletir acerca de Deus e de Seus atributos. Assim, na medida em que o Ente Perfeitíssimo é aquilo cuja essência inclui todas as perfeições, é necessário compreender como cada perfeição se harmoniza com os demais atributos divinos.

3 Apesar de Locke jamais ter abordado explicitamente o denominado problema do mal, isto é, a possibilidade de conciliar a imperfeição do mundo com a bondade divina, ele procura, nesse manuscrito, defender a ideia de que o exercício da justiça é a própria concretização da bondade, na medida em que regula o poder ilimitado e protege o Mundo dos elementos destrutivos ou prejudiciais. Assim, a ideia complexa de “um Ser supremo, infinito no poder, na bondade e na sabedoria” (*Ensaio*, 4.3.18) não é contraditória ou incoerente.

4 O fato de Locke usar aqui a palavra *design* não é por acaso: nos *Ensaios sobre a Lei da Natureza*, ele utiliza um argumento do *design* (ou teleológico) em favor da existência de Deus (TULLY, 2006).

5 Segundo Locke, a vontade libérrima de Deus não criou entes com o máximo bem possível, mas sim escolheu opções livremente, de modo que Sua bondade concedeu-lhes os atributos necessários para atingir seus fins. Apesar de possuir imperfeições, as criaturas estão longe de ser algo horrível ou miserável, recebendo do Criador os meios necessários para ser feliz, de acordo com os limites estabelecidos em suas respectivas naturezas e estados.

6 Aqui é necessário lembrar que, no *Ensaio* (2.28.5), há um parágrafo que relaciona a recompensa e a punição com bens e males morais. Sendo eles a conformidade ou não de nossas ações com a lei divina, a recompensa ou punição são o prazer e a dor que, pelo decreto do Legislador, acompanham a observância ou violação da lei. Desse modo, a lei divina, como medida do dever e do pecado, é um instrumento de ordenação de Sua justiça

7 Nesse ponto, pode-se perceber um interessante *insight* no sentido de que o não-ser é um estado menos imperfeito do que o sofrimento ou a punição. Assim, Mary Lascano (2016) interpreta essa passagem afirmando que, segundo Locke, Deus em Sua bondade não criou entes para destiná-los à danação eterna, mas sim lhes deu a oportunidade de salvação. A rejeição dessa oferta tem, como consequência, a eliminação permanente do elemento dissonante, sem a necessidade de qualquer punição adicional para garantir a preservação da Criação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KING, P. (1829). *The life of John Locke: with extracts from his correspondence, journals and common-place books*. Londres: H. Colburn.

LASCANO, M. P. (2016). Locke's philosophy of religion. In: STUART, M (ed.). *A companion to Locke*. Chichester: Blackwell Publishing.

LOCKE, J. (2014). *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TULLY, J. (2006). *A discourse on property: John Locke and his adversaries*. Cambridge: Cambridge University Press.